

## LUIZ CARLOS BRESSER-PEREIRA

Nascido em São Paulo em 30 de julho de 1934, doutor em economia (1972), professor da Fundação Getulio Vargas. Diretor administrativo do grupo Pão de Açúcar (1965/1983); diretor presidente do Banco do Estado de São Paulo (Banespa) (1983/1984); secretário de Governo em São Paulo (1985/1986); secretário de Ciência e Tecnologia em São Paulo (1987); ministro da Fazenda (1987); ministro da Administração Federal e da Reforma do Estado (1995/1998); ministro da Ciência e Tecnologia e presidente do CNPq (1999).

Assumi o Ministério da Fazenda em um momento muito difícil. Naqueles anos 1980, não só na América Latina, mas em grande parte dos países em desenvolvimento, vivíamos a grande crise da dívida externa, causada pelo endividamento dos anos 1970 e pela elevação brutal da taxa de juros decidida por Paul Volcker, presidente do Banco Central americano, numa época em que todos os financiamentos eram por ela indexados. Em consequência dessa elevação, a situação dos países que se haviam endividado fortemente tornou-se insustentável. Por outro lado, surgia um fenômeno novo, com a definição de um novo estágio do desenvolvimento capitalista – a globalização –, e ao mesmo tempo tornava-se dominante no mundo a onda ideológica neoliberal, iniciada nos anos 1970 com as vitórias de Ronald Reagan nos Estados Unidos e de Margareth Thatcher na Grã-Bretanha. Eram dois fenômenos muito diferentes: um era real – a abertura de todos os mercados e um enorme aumento das transações mundiais de todos os tipos –, e o outro era ideológico – a tese dos mercados autorregulados e do Estado mínimo, da oposição absurda do mercado ao Estado, quando o mercado só pode ser forte se contar com um Estado capaz para garanti-lo. Tínhamos, portanto, um quadro internacional muito negativo: um quadro de mudança político-ideológica que colocava em perigo a continuidade do desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo.

E o momento brasileiro? Os anos 1980 foram a época da grande crise da dívida externa, mas foram também os anos em que o grande pacto nacional-desenvolvimentista foi desafiado pela onda neoliberal, que então crescia, e foi afinal derrotado. Era um pacto que havia sido tecido politicamente por Getúlio Vargas nos anos 1930, continuado por Juscelino Kubitschek, retomado no regime militar por Antonio Delfim Netto, e que, finalmente, fora renovado e tornado democrático ao ser incluído na luta pela democratização, constituindo o que tenho chamado de Pacto Popular-Democrático de 1977. Através dessas modificações, o pacto político nacional-desenvolvimentista foi o que orientou e conduziu o grande desenvolvimento econômico do Brasil entre 1930 e 1980.

Quando assumi o Ministério da Fazenda, no início de maio de 1987, além da crise da dívida externa, da inflação que explodia, enfrentei, portanto, a derrocada da própria estratégia nacional-desenvolvimentista. O momento era de crise aguda, causada pelo colapso do Plano Cruzado. Depois que Francisco Dornelles, ainda escolhido por Tancredo Neves, não logrou apoio político suficiente para enfrentar a alta inflação e saiu, assumiu o Ministério da Fazenda o empresário industrial Dilson Funaro. Funaro ainda assumiu em nome do pacto nacional desenvolvimentista, e no início de 1986 tivemos o Plano Cruzado. Concebido para enfrentar uma inflação que já era superior a 10% ao mês, o plano continha uma bela ideia, porque pretendia neutralizar a inflação inercial que se tinha desenvolvido no Brasil a partir do processo de indexação iniciado em 1964, e para isso contava com uma tabela de conversão de contratos.

De acordo com a teoria da inflação inercial, quando as taxas de inflação são pequenas, a indexação não é um problema; passa a sê-lo quando a taxa de inflação, por algum motivo, sobe a um nível mais alto, porque aí ela não cai mais de patamar, mesmo que a economia se desaqueça. O que causou essa subida da inflação foi, primeiro, a crise de 1979/1980 – o segundo choque do petróleo e o aumento radical dos juros internacionais –, que deu início à crise da dívida externa; depois, o patamar já elevado de inflação subiu ainda mais devido à política –

correta – que Ernane Galvêas adotou em 1983. A desvalorização cambial, decidida por ele e por Delfim, foi bem-sucedida, porque acertou as nossas contas externas, mas teve um custo de inflação elevado devido à indexação existente. O problema era que, em consequência da indexação formal e informal, a inflação alta se inercializava, na medida em que os aumentos defasados de preços das empresas eram automaticamente repassados para as demais. Ora, uma inflação desse tipo não se reduzia através de ajuste fiscal ou de controle monetário. Era preciso haver também um mecanismo de neutralização da inércia. Foi o que se tentou no Plano Cruzado.

Infelizmente, por uma série de motivos, principalmente pelo quadro político populista que se estabeleceu após a transição democrática de 1985, o Plano Cruzado fracassou. Foi um fracasso violento, porque não foi apenas desastre econômico, foi também desastre político. Quando assumi o Ministério, a taxa de inflação já estava em 14% ao mês. Mas não era só isso. As empresas e os estados estavam quebrando, porque tinham tido um aumento muito grande de receita no ano anterior, mas no início de 1987 as receitas caíram verticalmente. Os salários caíram em termos reais cerca de 30%. Tudo caiu, porque no ano anterior tinha havido uma euforia irresponsável, uma grande bolha econômica. Em consequência, quando assumi, a crise era total: era financeira, era econômica, era acompanhada da explosão da inflação e, como veremos, era uma crise política.

Foi muito curioso, porque na semana em que assumi – sempre conto essa história – encontrei dois grandes amigos que me disseram a mesma coisa. Fui ao Rio de Janeiro e lá encontrei Celso Furtado, que era ministro da Cultura naquele momento. Ele virou-se para mim e disse: “Bresser, você é um louco! Está assumindo o Ministério da Fazenda na pior crise desde 1930!”. Acho que ele tinha razão, a crise era aguda e forte. Em seguida fui a São Paulo para outra reunião, agora de empresários, e lá estava Olavo Setúbal: mesma idade, mesma inteligência, mas orientação política e profissional muito diferente. Vira-se o Olavo para mim e diz exatamente a mesma coisa: “Bresser, você é um louco! Está assumindo o Ministério da Fazenda na pior crise desde 1930!”

Ouvir as mesmas palavras de dois homens extraordinários mas muito diferentes; um, grande economista; outro, grande banqueiro, era algo sério. Não me julgava, porém, um louco. Durante muitos anos havia me preparado para servir ao país. Então, estava na hora.

Tratava-se realmente de uma crise aguda e profunda, porque incluía não só a derrocada da estratégia nacional-desenvolvimentista, como o colapso do grande pacto político democrático e popular que se estabeleceu no Brasil a partir de 1977, para lutar pela democracia. O pacto defendia a democracia e a justiça social, mas supunha a continuidade da estratégia desenvolvimentista. Até 1977, a luta pela democracia esteve limitada, porque não contava com o apoio dos empresários, ou, mais amplamente, da burguesia. Mas naquele ano, após o Pacote de Abril – um conjunto de medidas autoritárias tomadas pelo Presidente Ernesto Geisel –, os empresários começaram a aderir novamente à democracia, depois de 13 anos associados ao regime militar. Com isso, voltaram a se associar empresários, trabalhadores, classes médias e parte da burocracia pública. Ou seja, renovou-se o grande pacto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas. Foi essa nova coalizão política que comandou a grande campanha popular das Diretas Já. Foram seus participantes que chegaram afinal a um governo civil e democrático – um governo que levaria José Sarney à presidência da República em janeiro de 1985 e, seis meses depois, Dilson Funaro ao Ministério da Fazenda. Ao fracassar o Plano Cruzado, foi o pacto político que tinha no Ministério da Fazenda um industrial nacionalista e desenvolvimentista que fracassou.

O fracasso do Plano Cruzado foi um desastre político que refletiu a inflexão populista que sofreu a política brasileira imediatamente após a transição democrática. Para terem uma ideia do populismo dominante, relato um fato. Quando assumi o Ministério e disse que ia fazer ajuste fiscal, um grupo de deputados do meu partido organizou um grande movimento para me expulsar do PMDB. Se não fosse o Dr. Ulysses Guimarães intervir e pedir a ajuda de Maria da Conceição Tavares, Luciano Coutinho e Celso Furtado, era capaz de eles terem

expulsado o ministro da Fazenda do partido. No dia da convenção ainda havia no local um grande número de cartazes contra mim.

O quadro político, portanto, era realmente muito negativo. O grande pacto político que caracterizou todo o desenvolvimento brasileiro a partir de 1930 foi o pacto entre os empresários industriais e a alta burocracia pública, da qual o Ministério da Fazenda era uma parte importante. Esse era o grande pacto que havia no Brasil; em certos momentos ele foi democrático, em outros, autoritário, mas foi sempre um pacto nacional-desenvolvimentista, que teve um enorme êxito em promover a industrialização brasileira. Ao fracassar o Plano Cruzado, fracassava também o Pacto Popular-Democrático de 1977. Fracassava o acordo liderado por empresários industriais, e se estabelecia no país um vácuo político – um vácuo de poder – que só se resolveria quatro anos mais tarde, quando, já no governo Fernando Collor – cuja eleição só pode ser explicada no quadro desse vácuo –, o Brasil se submeteu ao Consenso de Washington ou à ortodoxia convencional. Por que o Brasil se rendeu? Porque a crise era muito grande; porque o último pacto desenvolvimentista fracassara com o Plano Cruzado; e porque a onda neoliberal ganhou forças nos anos seguintes, com o colapso da União Soviética, e impôs em todo o mundo suas novas ideias de liberalização, de mercados autorregulados e de Estado mínimo.

A esse quadro de crise econômica aguda e de vácuo político somou-se outro problema interno: a decisão do Presidente Sarney, tomada 15 dias depois que assumi, de ficar no poder cinco, ao invés de quatro anos, abriu uma crise política no país. Meu partido, o PMDB, se dividiu, e a maioria dos políticos aos quais eu estava associado – Fernando Henrique Cardoso, André Franco Montoro e Mário Covas – ficou contra os cinco anos. Foi nesse quadro de crise generalizada que me coube administrar a economia do país.

O que eu fiz? Em primeiro lugar, eu tinha que tomar duas medidas de emergência. Uma medida foi, apesar da alta inflação, fazer uma pequena maxidesvalorização, porque uma taxa de câmbio competitiva é fundamental para o desenvolvimento do país, e porque eu precisava reequilibrar rapidamente o fluxo das contas externas brasileiras, já

que estávamos em moratória da dívida externa declarada pelo meu antecessor, e o país não poderia recorrer a novos empréstimos. As contas de estoque dependiam da renegociação da dívida externa em termos razoáveis para o país. Já as contas de fluxo dependiam da taxa de câmbio. Decidi a desvalorização imediatamente. Em minha primeira entrevista com Sarney depois de assumir, ele me disse: “Ministro, estou informado de que as reservas do Brasil terminam em agosto, apesar da moratória”. Eu não sabia ainda. Tinha chegado ao Ministério naquele dia ou no dia anterior. Telefonei para Eduardo Freitas, no Banco Central, e perguntei: “É verdade, Freitas?” Ele respondeu que sim, e então tomei a providência imediata de fazer uma pequena maxidesvalorização.

A segunda coisa a fazer era interromper a alta explosiva da inflação, que estava desorganizando toda a economia. Era uma inflação que não só era muito alta, como aumentava a cada mês. A explosão inflacionária era ao mesmo tempo causa e consequência da crise geral de toda a economia. Para interromper a aceleração inflacionária decidi fazer um plano de estabilização contendo a neutralização da inércia. Talvez por meu envolvimento muito pessoal e forte no plano, foi o único que ficou com o nome do ministro – Plano Bresser. Embora houvesse um mecanismo de neutralização da inércia, eu sabia que se tratava de um plano provisório, que precisaria ser complementado mais tarde, quando as finanças do país houvessem voltado ao equilíbrio e os preços relativos não estivessem tão desequilibrados como estavam naquele momento.

Ao mesmo tempo que eu tomava as providências iniciais para formular o plano de estabilização, procurei, um pouco mais tranquilamente – se é que era possível ter tranquilidade naqueles dias –, fazer o Plano de Controle Macroeconômico. Eu não queria nem tinha condições políticas para ter um acordo com o Fundo Monetário Internacional, mas precisava de um plano que fosse semelhante e melhor do que uma carta de intenções do tipo preparado por essa organização. Precisava, em outras palavras, de um documento econômico sério, que pudesse ser compreendido pelos credores com os quais teria de negociar o

fim da moratória. Esse documento de consistência macroeconômica começava com um diagnóstico da economia brasileira e com uma avaliação de quanto o país poderia pagar da dívida externa se, ao mesmo tempo, tomasse medidas fiscais duras para conter as despesas públicas. Adotei para isso um modelo de simulação macroeconômica baseado em trabalhos que haviam sido feitos na Universidade de São Paulo pelos professores Adroaldo Moura da Silva e Décio Kadota. A coordenação do plano coube ao meu queridíssimo amigo Yoshiaki Nakano – então meu secretário de Política Econômica – e a Francisco Lopes, excelente economista do Rio de Janeiro que já trabalhara na elaboração do Plano Cruzado. A orientação que dei para as pessoas envolvidas foi: “Quero um plano de controle que estabeleça quais são as condições econômicas, financeiras e fiscais necessárias para que o Brasil possa resolver o problema da dívida externa e retomar o desenvolvimento econômico sem inflação. Sei que, para isso, vai ser preciso fazer uma reforma tributária e um ajuste fiscal e prever um desconto na dívida.” Com essas diretrizes, o grupo de trabalho produziu um belo plano macroeconômico, consistente com o Plano Bresser. Com o plano pronto, bem arrumado, em português e inglês, mas ainda sem uma proposta para a renegociação da dívida externa, fui pela primeira vez aos Estados Unidos.

Os americanos pressionavam para que eu fosse aos Estados Unidos correndo e suspendesse a moratória. Eu disse: “Não vou e não suspendo. A moratória está bem declarada pelo meu antecessor, e vai continuar. De qualquer forma, nós não temos dinheiro para voltar a pagar. Só saio dessa moratória quando tiver uma solução razoável, aceitável para o Brasil, de negociação da dívida externa – uma solução compatível com o Plano de Controle Macroeconômico.” Afinal, em julho, fui visitar as autoridades econômicas em Washington com o plano debaixo do braço. Eles ficaram muito impressionados, porque era um plano muito sério, realmente, estava benfeito, tinha um diagnóstico e uma estratégia. E a estratégia implicava ajuste fiscal, reforma tributária, manter um câmbio competitivo e resolver o problema da moratória, portanto, resolver o problema da dívida externa.

Em minha visita, eu disse o seguinte em relação à dívida externa: “Por enquanto, não tenho proposta de como resolver o problema. Vocês também não têm, então... volto para casa com a moratória funcionando.” Aí voltei para casa. Nessa época já estava conversando com Deus e todo mundo sobre como resolver o problema da dívida. Afinal surgiu uma ideia. Quem me ajudou nesse ponto foi Roberto Giannetti da Fonseca, que disse: “Adotaram um sistema muito interessante na cidade de Nova York. Quando a cidade, nos anos 1970, entrou em crise financeira, eles organizaram um sistema de securitização da dívida com desconto.” Quando Roberto me contou essa história, pensei: é isso, vamos fazer isso. E aí passei a trabalhar na elaboração de uma proposta de securitização da dívida. Para fazer esse trabalho, tive o apoio do Fernão Bracher, meu grande amigo, que se dispusera generosamente a ser meu negociador da dívida depois de haver sido presidente do Banco Central. Tive a colaboração do Nakano, naturalmente, e também do Jeffrey Sachs, que conheci na minha primeira visita a Washington. E contratei dois bancos internacionais para nos assessorar: o Wharburg, de Londres, e o First Boston, de Nova York. Nos dois meses seguintes à viagem, preparamos uma proposta muito bem organizada e fundamentada. Era uma proposta de solução para a crise da dívida externa geral, aplicável a todos os países. Baseava-se em dois conceitos: o principal era a securitização da dívida – ou seja, a transformação das dívidas para com os bancos em novos títulos, com prazo novo e desconto. O segundo conceito era, no processo das negociações, o da desvinculação relativa do FMI com os bancos comerciais. Com a vinculação existente, era impossível negociar: você queria negociar com um, o outro impedia, queria negociar com o outro, o primeiro impedia.

Eu estava me preparando para apresentar essas ideias na reunião anual do FMI e do Banco Mundial em Washington no final de setembro. Entretanto, James Baker, secretário do Tesouro americano, ficou sabendo disso e me telefonou pedindo que o visitasse. Temos, então, um episódio que é muito interessante e mostra como o Império age. Estava muito claro que havia na crise da dívida externa uma luta violenta entre os países ricos, que defendiam os interesses dos seus bancos, e nós, países em desenvolvimento endividados. Antes que eu chegasse a

Washington, a proposta brasileira vazou na imprensa brasileira e repercutiu na internacional. Em consequência, nos dias anteriores à minha visita ao Baker, o *Wall Street Journal* publicou várias reportagens negativas que refletiam a desinformação e as preocupações dos grandes bancos. Eles me entrevistaram, esclareci o melhor que pude, mas o jornal continuou a publicar um noticiário desvirtuado, porque não passava pela sua cabeça a possibilidade de que um país em desenvolvimento pudesse ter uma proposta inovadora para resolver o impasse da crise da dívida.

A entrevista ocorreu no dia 8 de setembro. Cheguei às nove horas ao Tesouro, a primeira reunião era só com o Baker, e conversamos. Eu disse que tinha uma proposta de securitização da dívida com desconto que deveria ser obrigatório para 20% do total devido. Ele disse que isso não era possível, era um *non-starter*. Como a obrigatoriedade não era importante para mim, já que eu sabia que a securitização fazia todo sentido do ponto de vista bancário, perguntei se o governo americano apoiaria a securitização totalmente voluntária, e ele respondeu que sim. Satisfeito, entrei no segundo ponto – a necessidade de desvincular os bancos do FMI no processo de negociação. Como a proposta era também lógica e razoável, Baker aceitou. Diante dessas duas respostas, eu lhe disse: “Então está ótimo para mim, está magnífico.”

Terminada a conversa com ele, que durou uma hora, fomos para a reunião geral. Agora, eram os dois ministros e seus assessores sentados dos dois lados de uma grande mesa. Nós relatamos o que havíamos combinado, e os dois assessores fundamentais do Baker, David Mulford e Charles Dallara, protestaram violentamente contra o acordo, dizendo que não concordavam nem com a desvinculação do FMI com os bancos, nem com a securitização voluntária. Insisti, porém, que o acordo já havia sido estabelecido e que a ideia era boa para todos. Ao final de longo debate, Baker manteve o acordo que fizera comigo pessoalmente. E perguntou quem falaria com a imprensa. Eu disse que podia falar, porque a imprensa me esperava na escadaria do Tesouro. Para os repórteres, expliquei com muita clareza que eu havia feito um pequeno recuo, porque desistira dos 20% obrigatórios, mas

estava muito satisfeito porque a securitização voluntária e a desvinculação relativa teriam o apoio dos Estados Unidos. E fui almoçar na Embaixada do Brasil. No almoço, veio a notícia: Baker estava irritado, porque a Reuters dera a notícia de que ele aceitara todas as propostas do Brasil. Telefonei para ele, e ele me disse: “Não se preocupe. Eu já soltei uma nota.”

Fui para o aeroporto, cheguei ao Rio de Janeiro na manhã seguinte, abri os jornais, e qual era a nota do Baker? Eram três linhas, dizendo que a proposta do Brasil era um *non-starter*. Nada mais, não obstante o noticiário da Reuters estivesse absolutamente correto, como veio me mostrar um ano depois o pessoal da Reuters, quando contei pela primeira vez esta história a uma grande revista brasileira. Era o imperialismo americano funcionando. O desrespeito aos países “associados”.

Mas a história não terminou aí. Duas semanas depois voltei aos Estados Unidos para participar da reunião anual do Fundo e do Banco Mundial. Ainda em Nova York o correspondente do *O Estado de S. Paulo* me encontra na rua e diz imediatamente: “Ministro, nessas duas semanas, mudou tudo aqui nos Estados Unidos”. Eu não estava sabendo de nada e perguntei por quê. Ele: “Porque só se fala na sua proposta. Porque os bancos descobriram que a sua proposta é que vai resolver o problema”. E foi isso. Em Washington virei a estrela da reunião anual. O vice-diretor do Fundo confirmou a informação do repórter, e me disse que na reunião do Comitê Interino eu falaria antes do Baker, e na Assembleia Geral, imediatamente depois. O próprio Fundo percebia a importância das novas ideias. Eram de fato novas e fortes. Dezoito meses depois, já com outro secretário do Tesouro, Nicholas Brady, foi publicado o Plano Brady, que afinal equacionou o problema da dívida externa. O plano repetia quase palavra por palavra a proposta brasileira.

Saí do Ministério em dezembro porque estava convencido de que era preciso fazer um novo plano de estabilização e não via condições para fazê-lo. Nós discutimos a ideia de fazer uma “otenzização” da inércia, ou seja, de adotar a estratégia que depois foi a do Plano Real com a URV. Mas, para isso, eu precisava, antes, fazer um ajuste fiscal forte e

ter uma reforma tributária que deixasse claro que o país tinha equilibrado a sua parte fiscal. E, nesse quadro, o Presidente Sarney não teve condições de me apoiar. Ele me apoiou sempre e totalmente na área das negociações externas, com muita coragem; mas aí, a situação política ainda era muito negativa... E ele estava comprometido com a ideia dos cinco anos.

Mais duas palavras. O momento do mundo atual mudou muito. Naquela época, estávamos no bojo de uma grande crise da dívida externa, mergulhados em uma alta inflação, havia a globalização que estava chegando, e enfrentávamos o início forte da onda neoliberal. Hoje, 20 anos depois do meu ministério, qual é o quadro? A globalização continua, mas o neoliberalismo acabou. Com essa crise financeira em que o mundo está afundado, o fracasso do neoliberalismo e da ortodoxia convencional – o fracasso *deles*, dos economistas neoclássicos – é total. Claro. O quadro, portanto, mudou, e muito. E se percebeu uma coisa muito importante nessa mudança. Aquilo que se dizia nos anos 1990, que o Presidente Bill Clinton repetia o tempo todo – que a globalização estava associada ao caminho único neoliberal, então pregado pelos Estados Unidos –, aquela tese estava equivocada. A globalização é o estágio atual do capitalismo; já o neoliberalismo é uma ideologia fundamentalista de mercado equivocada. A globalização é uma oportunidade para países em desenvolvimento. O que nós vemos é que a China e a Índia, além dos tigres asiáticos, aproveitaram essa oportunidade. A Rússia também, depois que se viu livre do Presidente Boris Yeltsin, que havia subordinado seu país aos Estados Unidos. Esses países estão sabendo aproveitar a oportunidade representada pela abertura dos mercados. A globalização não é contra o desenvolvimento, não é contra os países emergentes ou em desenvolvimento de renda média, desde que saibam aproveitá-la.

Por isso, meu caro Ministro Guido Mantega, não estou totalmente convencido quanto ao seu otimismo. Gostei muito do seu discurso, achei muito bom, mas acho que o Brasil ainda não alcançou o crescimento sustentado, ainda não conseguiu fazer uma política de desenvolvimento que realmente aproveite a oportunidade que a globa-

lização representa. E por que digo isto? Porque, um dia desses, olhei para o governo brasileiro, lembrei de você imediatamente, e disse: “Este governo está muito parecido com o governo do Japão, na época em que o Japão tinha um grande desenvolvimento.” Por quê? Porque, como no Japão, hoje todos são desenvolvimentistas, com exceção do Banco Central ortodoxo. Os japoneses tinham todo o governo desenvolvimentista, exceto o Ministério da Fazenda, que era ortodoxo. Por que lá essa divisão deu certo, e aqui não é bem-sucedida? O quadro melhorou nos últimos tempos, mas não estou tranquilo, em função da taxa de câmbio apreciada que temos. Quando me fiz essa pergunta, a resposta foi imediata. O que queria dizer ortodoxia para o Ministério da Fazenda japonês? Significava uma taxa de juros muito baixa e uma taxa de câmbio muito competitiva. É exatamente o oposto daquilo que se pratica como “ortodoxia” no Brasil de hoje. Não é a ortodoxia que os países ricos aplicam hoje, mas é a ortodoxia que eles recomendam para os países em desenvolvimento. Em consequência dessa dependência, temos uma alta taxa de juros e uma taxa de câmbio sobreapreciada. Este é um problema que nós não resolvemos ainda. Estamos numa armadilha de taxa de juros alta e taxa de câmbio sobreapreciada. Com essa taxa de câmbio, não creio que tenhamos o desenvolvimento autossustentado que deveríamos ter. Mas vejo que a sociedade brasileira e os homens públicos brasileiros estão hoje trabalhando forte para que isso aconteça. Vamos esperar confiantes.

Muito obrigado.